



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Educação.

ANÁLISE DAS REQUISIÇÕES POSTAS PELO IFRN AO SERVIÇO SOCIAL E OS REBATIMENTOS PARA IDENTIDADE E PERFIL PROFISSIONAL

Késsia Roseane de Oliveira França¹
Rosemery Medeiros Pereira²

Resumo: O presente artigo busca refletir sobre o trabalho dos/as Assistentes Sociais do IFRN, a partir da demanda institucional centrada, principalmente, no desenvolvimento de atividades profissionais de triagem socioeconômica relacionadas aos Programas de Assistência Estudantil, e como essas demandas rebatem na construção do perfil do/a Assistente Social como trabalhador/a vinculado/a à educação.

Palavras-chave: educação, perfil profissional, demanda institucional, prática assistencial.

Abstrac: This article aims to reflect on the work of IFRN social workers, from the institutional demand focused on the development of professional activities of socioeconomic screening related to student assistance programs, and how these demands have repercussions in the construction of the profile of social workers, as a professional of education area.

Keywords: education, professional profile, institutional demand, social work practice.

INTRODUÇÃO

Desde fins do século XX, a humanidade vivencia as ameaças e as consequências de uma crise estrutural do capital, que possui um efeito devastador, incontrollável e ressoa por todos os cantos do mundo.

Essa crise, sinteticamente, se manifesta, conforme Mészáros (2007), sob quatro aspectos principais, seu caráter é universal, seu alcance é global, sua escala de tempo é extensa, contínua e, por fim, seu modo de se desdobrar é rastejante. Suas expressões vão desde o desemprego crônico, reconhecido como a face mais perversa dessa crise até a degradação do meio ambiente.

Reafirma-se, pois, que a preocupação do capital consiste em sua expansão e crescimento, entretanto, nesse processo ignora-se as consequências que possam surgir à natureza e a própria humanidade, pois o capital substitui a necessidade humana “pela única e exclusiva necessidade alienante do capital de autorreprodução ampliada a todo custo, ameaçando levar com isso a própria história humana a um fim” (MÉSZÁROS, 2007, p. 252).

¹ Profissional de Serviço Social. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. E-mail: <kessia.oliveira@gmail.com>.

² Profissional de Serviço Social. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Observa-se que a resposta capitalista para o enfrentamento dessa crise estrutural foi um intenso processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, segundo Antunes (1999). Com isso, houve um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, sob o caráter mundializado do capital associado à proposta neoliberal e as suas medidas, buscando-se a retomada da acumulação de capital, elevação da taxa de lucratividade e sua dominação global, ou seja, a continuidade da hegemonia do capital nas diversas esferas da sociabilidade (ANTUNES, 1999).

Nesse contexto, a partir do momento da grande crise, em 1973 do século XX, o neoliberalismo encontra um ambiente fértil para sua propagação. Conforme Anderson (1995, p. 10), "quando todo o mundo do capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno".

Entretanto, a tão sonhada superação da crise, apesar do neoliberalismo ter alcançado alguns objetivos, não conseguiu restaurar as taxas altas de crescimento estáveis.

No que se refere à reestruturação da produção e do trabalho, com vistas à saída da crise, acrescenta-se que houve um esgotamento no padrão produtivo estruturado ao longo do século XX, sob o binômio Taylorismo e Fordismo, expressão do sistema produtivo na grande indústria, o qual foi reestruturado para as novas formas de acumulação flexível, onde se destaca o Toyotismo³. Conforme a reflexão de Mészáros, (2007), concebe-se que:

O capital não é apenas um conjunto de mecanismos econômicos, como frequentemente se conceitualiza a sua natureza, mas um modo de reprodução sociometabólica multifacetada e oníabrangente, que afeta profundamente todo e cada aspecto da vida, desde o diretamente material-econômico até as relações culturais mais mediadas. (MÉSZÁROS, 2007, p.168)

De fato, no mundo do trabalho contemporâneo constata-se a essência exploradora da relação capital/trabalho; nas palavras de Netto (2012), essa exploração pode ser revelada mediante vários indicadores,

As jornadas de trabalho prolongadas para aqueles que conservam seus empregos (extensão que envolve todos os setores de atividades econômicas - para retomar a superficial e conhecida tipologia dos "setores econômicos" de Colin Clark: o "primário", o "secundário" e o "terciário"), a intensificação do trabalho (também nos três "setores"), a enorme defasagem entre o crescimento das rendas capitalistas e o

³ Com os seguintes traços, produção voltada à demanda, variada e heterogênea; trabalho realizado em equipe com multivariabilidade de funções; processo produtivo mais flexível; organização dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, o princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção; funciona segundo o sistema de Kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque. No Toyotismo, os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo; as empresas apresentam uma estrutura horizontalizada, incluindo as terceirizadas. Portanto, instaura-se uma nova relação entre o capital e o trabalho, acirrando-se ainda mais o antagonismo e a subordinação do trabalho ao capital.

crescimento da massa salarial etc., resultando na extração articulada de mais-valia absoluta e relativa e na recuperação de formas de trabalho típicas dos primeiros momentos da instauração do capitalismo (trabalho em domicílio) e, mesmo, em formas de trabalho forçado e, em casos extremos, mas não tão excepcionais, escravo. A constatação mais óbvia desse incremento da exploração aparece, em todos os quadrantes do mundo, nos mal chamados fenômenos de "exclusão social".

É nesse cenário contemporâneo do século XXI, que se situa e se compreende o exercício profissional do/a Assistente Social, enquanto trabalhador/a assalariado/a inserido/a nos diversos campos de atuação profissional, em face de uma profunda (re)configuração do mercado de trabalho, no qual se evidenciam novos espaços sociocupacionais para o Serviço Social, bem como novas exigências à profissão postas pelas instituições e empresas demandantes do nosso trabalho.

Assim, o recorte do presente artigo é analisar quais as principais requisições ao trabalho do/a Assistente Social na Política de Educação, mais precisamente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN), em um contexto marcado pelo processo de reconfiguração do mundo do trabalho empreendido desde os anos de 1970 e, em particular, pelo processo de expansão da Política de Educação Profissional, ocorrido na realidade brasileira no início do século XXI, expressa, dentre outros, na instituição e organização da Rede Federal de Educação Profissional no estado do Rio Grande do Norte (RN).

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento da educação profissional, no contexto brasileiro, esteve intimamente relacionado à necessidade de qualificação e de formação da força de trabalho para o mercado, preparando a mão-de-obra brasileira para o ingresso, a manutenção e a reinserção no mercado de trabalho (MANFREDI, 2002, p. 238). O Estado brasileiro interviu sistematicamente neste campo e contribuiu decisivamente para a garantia das condições necessárias ao desenvolvimento econômico brasileiro, em seus diferentes momentos históricos, bem como para a construção das bases do desenvolvimento do capitalismo em nosso país.

Nessa perspectiva, entendemos que do ponto de vista das elites brasileiras e da direção hegemônica adotada pelo Estado, atrelada aos interesses do capital, a função da educação, de uma forma geral, vem sendo moldada para atender as demandas postas pelo mercado de trabalho na formação e capacitação da classe trabalhadora. O acesso a essa política, em seus diferentes níveis, funciona como um trampolim para o ingresso no mercado de trabalho, desde que direcionada aos interesses deste.

Nos anos 2000, a educação profissional experimenta uma nova etapa de seu processo de desenvolvimento por meio da expansão da Rede Federal, sendo os Institutos Federais um importante ator, tornando-se um dos carros-chefes da propaganda governamental na área da educação, principalmente, no estado do RN que saltou de duas unidades do IFRN existentes ao final do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, para vinte e uma unidades em 2019, construídas durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff.

O processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional no RN, vivenciados na segunda metade dos anos 2000, traz contornos e particularidades ao Serviço Social, tendo em vista que foi uma das profissões, com formação em nível superior, na categoria de técnico-administrativo, onde se constatou maior abertura de vagas em concurso público e de contratação pelo IFRN.

É nesse contexto, tendo em vista o conjunto de expressões da questão social vivenciadas pelos estudantes, que cresce a demanda por ações que contribuam para a permanência e êxito na educação, dentre as quais se destaca o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010), tal programa constitui o principal indicador para operacionalização das ações de assistência estudantil nas Universidades e Institutos Federais, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. É, portanto, com a expansão no número de matrículas nas IFEs que a resposta às demandas dos estudantes ganha centralidade na cena contemporânea, como condição à efetivação do acesso. (NASCIMENTO E NICOLAU, 2018).

A institucionalização e legitimação do Serviço Social enquanto profissão na sociedade brasileira está intimamente vinculada ao enfrentamento das expressões da questão social, sobretudo quando o Estado passa a intervir sistematicamente em ações com esse caráter.

Como nos sinaliza Yasbeck (2009:129),“(...) A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a ‘matéria-prima’ e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão”.

Observa-se que a inserção do Serviço Social na Educação não é algo recente, remonta aos primórdios da profissão, nos anos 1930, quando somos requisitado/as a atuar na formação moral da classe trabalhadora, no sentido da conformação ideológica dos/as trabalhadores/as aos interesses da expansão capitalista.

Ressalta-se, ainda, que o Serviço Social existe no IFRN desde 1960, logo, nossa inserção não é inaugurada no processo de expansão, ela é ampliada e interiorizada. Desde o início, o/a Assistente Social é requisitado/a para atuar em programas de Assistência

Estudantil, direcionado aos/às estudantes das classes populares. Essa é a demanda histórica posta ao Serviço Social no IFRN, e permanece sendo atualmente o principal eixo da atuação da profissão na Instituição.

Pensando nas inúmeras possibilidades para a atuação do Serviço Social na Educação, o conjunto CFESS/CRESS elaborou o documento “*Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação*”, na perspectiva de contribuir para um trabalho profissional sintonizado com o fortalecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social e pela defesa por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, ao mesmo tempo que se reconheça as particularidades

[] A atuação do/a Assistente Social na referida política pública e, diante do contexto político e ideológico de ofensivas capitalistas, contribua para a intensificação da luta pela educação como direito social, como prática emancipatória, e para a consolidação do Serviço Social na educação (CFESS, 2013).

Destaca-se nesse documento quatro importantes dimensões para atuação do Serviço Social na área da Educação, garantia do acesso, garantia da permanência, garantia da gestão democrática e a garantia da qualidade da educação. Portanto:

(...) o trabalho do/a Assistente Social , no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional (CFESS, 2013, p. 38).

Atualmente é expressivo o quantitativo de Assistentes Sociais no IFRN, tem-se quarenta e três profissionais de Serviço Social distribuídos(as) em vinte e um *campi* espalhados no RN, sendo a segunda categoria de maior expressão numérica dentro da Instituição, ficando atrás somente dos(as) Pedagogos(as).

Note-se que o/a Assistente Social , no âmbito do IFRN, é um/a dos/a trabalhadores/as da equipe de referência da Coordenação de Atividades Estudantis (COAES), junto aos demais integrantes da equipe, o qual vende sua força de trabalho em troca de um salário, portanto, encontra-se submetido, na condição de/e como parte da classe trabalhadora, aos dilemas e constrangimentos do trabalho assalariado. Um dos aspectos do trabalho profissional evidencia-se a sua dupla dimensão, trabalho concreto e abstrato. Os/as Assistentes Sociais, mediado por seu trabalho concreto, integrante da

divisão social e técnica do trabalho, inserem-se no mercado de trabalho como trabalhadores/as assalariados/as, onde:

[...] mediados por um contrato de compra e venda de sua força de trabalho que, a exemplo de qualquer mercadoria, tem valor de uso e de troca. A sua força de trabalho passa a ter um valor de uso no processo de trabalho das instituições contratantes, sendo, portanto consumida em função do atendimento a uma determinada necessidade humana, cujo efeito é ser útil como trabalho ou atividade [...] (NICOLAU, 2005, p. 163).

Na particularidade do trabalho abstrato, implica a mercantilização da força de trabalho do Assistente Social especializada em troca de um salário, em que se determina um tempo médio de trabalho, mediado por um contrato de trabalho que regulamenta as relações e condições de trabalho para o profissional. Segundo Iamamoto (2012) são os empregadores que estabelecem jornada de trabalho, salário, carga horária, funções e atribuições, metas previstas, direitos e benefícios, e demais requisições para a realização do exercício profissional. Para Raichelis (2011):

[...] o trabalho do Assistente Social é tensionado pela relação de compra e venda da sua força de trabalho especializada. A condição de trabalhador assalariado - seja nas instituições públicas ou nos espaços empresariais e privados "sem fins lucrativos", faz com que os profissionais não disponham nem tenham controle sobre todas as condições e os meios de trabalho postos à sua disposição no espaço institucional (RAICHELIS, 2011, p.428).

Sinteticamente, dividimos em dois momentos a inserção de Assistentes Sociais no IFRN no período de expansão da Rede Federal no RN, compreendido entre os anos de 2006 a 2012. Um primeiro momento se vincula à instalação de novos campi do IFRN, sobretudo no interior do RN. Observamos que na medida em que os *campi* vão sendo instalados o(a) Assistente Social passa a compor a equipe básica de técnicos-administrativos, em conjunto com Pedagogos, Médicos, Bibliotecários, Técnico em Enfermagem, dentre outros. Isto significou a previsão e abertura de concurso público para um(a) Assistente Social em cada novo *campus* e seguiu em certa medida uma tendência nacional na composição do quadro de servidores dos IF's. Um outro momento se refere à definição por parte do IFRN que em cada *campi* deveria ter pelo menos dois (duas) Assistentes Sociais, aumentando expressivamente o número de Assistentes Sociais no IFRN.

É possível afirmar que a categoria de Assistentes Sociais do IFRN tem clareza que, dentre as motivações para a contratação por parte da Instituição de um número maior de profissionais de Serviço Social, está o entendimento de que nossa atuação deverá se voltar prioritariamente a operacionalização dos Programas de Assistência Estudantil, sobretudo

após a promulgação da Lei de Cotas nº 12.711/2012. Algo importante a ser registrado é que o IFRN já adotava, desde 1994, a reserva de 50% das vagas para ingresso na Instituição para estudantes oriundos (as) da rede pública de ensino. Entretanto, a Lei de Cotas traz, dentre outros, o recorte de renda para ingresso, na qual prevê reserva de vagas para estudantes com *per capita* familiar de até 1,5 salário-mínimo.

Assim, a Lei de Cotas sinalizava, de antemão, uma inserção maior de estudantes vindos das classes populares, com repercussões para ações de permanência escolar, especificamente uma maior demanda aos Programas de Assistência Estudantil. É importante observar também que, institucionalmente coube inicialmente à equipe de Assistentes Sociais do IFRN a triagem econômica dos(as) candidatos(as) que optaram pelo ingresso por meio da Lei de Cotas, atribuição dada à categoria pela gestão da Instituição.

Compreende-se, portanto, que as demandas institucionais no IFRN apresentadas ao Serviço Social vinculam-se a um entendimento da atuação profissional voltada a processo de seleções socioeconômicas, sejam por meio da seleção para inserção nos Programas de Assistência Estudantil ou da triagem econômica de candidatos/as para ingresso nos cursos ofertados no IFRN (após a Lei de Cotas), e de ofertas de auxílios e benefícios assistenciais. Isso posto, demonstra uma visão institucional acerca do papel a ser desenvolvido pelo(a) Assistente Social reiterador de uma concepção que cristaliza nossa atuação a ações de cunho assistencial por meio da concessão de auxílios e benefícios de Assistência Estudantil, e de identificação dos pobres, ou ainda dos mais pobres, por meio das seleções e triagens econômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou refletir quais as repercussões para o perfil profissional dos(as) Assistentes Sociais do IFRN a inserção em um ambiente institucional que reiteradamente tem demandado à profissão o desenvolvimento de práticas profissionais de cunho assistencial e de triagem socioeconômica, principalmente, se considerarmos que se espera de instituições no campo escolar a primazia na condução de atividades socioeducativas, envolvendo nessas ações um conjunto diversificado de servidores(as).

Nossas hipóteses de análise sugerem que, apesar destas demandas institucionais expressarem uma das possibilidades de intervenção do trabalho do Serviço Social, identificado com ações que viabilizam acesso a políticas sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens de natureza diversa (YASBECK, 2009).

A ênfase nesse perfil profissional no IFRN, por se tratar de um ambiente escolar no qual se sugere o desenvolvimento de atividades muito mais no campo pedagógico e

educativo, contribui, dentre outros, para: a) a burocratização do trabalho a ser desenvolvido pelo Serviço Social, b) ser um vetor de fragilidade e desarticulação da integração do(a) Assistente Social à equipe de apoio pedagógico e às ações mais amplas desenvolvidas pela Instituição, tais como participação na elaboração de diagnósticos e de propostas de intervenções frente à problemática da evasão escolar, e contribui para c) reforçar uma imagem profissional muito mais identificada com o perfil que se exige para atuação do Serviço Social na Política de Assistência Social, criando um falso entendimento que a atuação do Serviço Social é exclusiva a essa política e que no IFRN a nossa intervenção profissional seria a operacionalização da Assistência Social dentro da Política de Educação.

Vale ressaltar que de 1960 para cá, a questão social brasileira se complexificou e as respostas do poder público, no âmbito das políticas sociais, também se modificou. A título de exemplo, a própria expansão da Rede de Educação Profissional e dos IF's é uma resposta atual, mais precisamente no curso dos últimos quinze anos, às expressões da questão social contemporânea, às necessidades da elite brasileira em ter mão de obra qualificada e das necessidades da classe trabalhadora por formação profissional, com vistas à inserção no mercado de trabalho, dentre outros. Então, operacionalizar os Programas de Assistência Estudantil no IFRN hoje se difere substancialmente da forma como estes programas eram estruturados e ofertados a cinquenta e sessenta anos atrás.

O ingresso massivo de estudantes das classes populares, assegurado por meio da reserva de cotas sociais e raciais nos processos seletivos, desnudou para os IF's e as Universidades, as precárias condições de vida da maioria da população brasileira. Antes tínhamos um público elitizado, oriundo de parcelas da classe alta e média da sociedade brasileira, ocupando as vagas nestas Instituições; hoje temos muito estudantes das classes populares e as dificuldades socioeconômicas vividas por esses/as estudantes, que dificultam e impactam nas condições de permanência dos/as mesmos/as, vão se constituir em demandas para a Assistência Estudantil.

Por outro lado, as demais políticas sociais públicas não funcionam e nem asseguraram uma vida com dignidade à maioria da população brasileira e todo conjunto de dificuldades e incertezas pelas quais passam os/as estudantes e suas famílias vão refletir em dificuldades em se fazerem presentes e assíduos/as no IFRN.

Considerando esses elementos, observamos que os Programas de Assistência Estudantil são algumas das estratégias para pensarmos a permanência estudantil, ou seja, os auxílios-financeiros e o serviços voltados a contribuir para as condições objetivas dos/as estudantes são constitutivos de um amplo e diversificado conjunto de exigências necessárias à efetivação do direito à educação que envolvem questões afetas às

instituições de ensino propriamente dita, mas também a outras instituições públicas governamentais municipais, estaduais e federais.

No que se refere às instituições de ensino, podemos elencar: as questões didático-pedagógicas dos cursos, a infraestrutura disponibilizada aos/às estudantes, com destaque para os espaços de acolhimento, escuta e de socialização, dentre outros. Com relação a responsabilidades de instituições para além do IFRN, temos por exemplo, a necessidade de oferta de transporte escolar gratuito aos/às estudantes por parte das Prefeituras municipais e a questão do passe livre na capital.

No âmbito da seleção e junto ao processo de atividade desenvolvida pelas profissionais desde o momento inicial maior racionalização burocrática dos recursos institucionais no que se refere às ações e recursos destinado ao apoio à permanência estudantil, com vistas a delegar a esses profissionais a tarefa em identificar os verdadeiros pobres, destinatários por excelência dos Programas de Assistência Estudantil, reforçando o caráter seletivo e focalizado das ações nessa área e vinculado a compreensão do papel a ser exercido pelos profissionais de Serviço Social a ações de caráter assistencial.

O que demonstra um entendimento equivocado acerca da profissão, além de uma compreensão limitada sobre o papel a ser desempenhado pelo Serviço Social na Educação como também a perspectiva norteadora do direito a ações de Assistência Estudantil.

Nesse interregno, é posto aos/as assistentes sociais muito mais a necessidade do exercício tecnicista pautado em procedimentos técnico-operativos e burocráticos do que ações fundamentadas na direção social do projeto ético-político, na Lei de Regulamentação profissional e no Código de Ética de 1993, visto, que, conforme Almeida (2017, informação verbal), ninguém contrata assistentes sociais com o objetivo de que estes coloquem em prática o projeto ético-político da profissão, cujos princípios e diretrizes são alheios e se confrontam com a sociedade comandada pelo capital, Nóbrega (2018, 197/198).

O fazer profissional do/a Assistente Social possui uma importante dimensão educativa, dada à natureza do seu trabalho. Entretanto, ao se vê imerso em processos burocratizados, em particular, no IFRN vai perdendo essa característica e se limitando à esfera dos procedimentos de caráter burocratizados, esvaziando assim a dimensão educativa de seu fazer.

(...)A racionalização da prestação dos serviços sociais mediante parâmetros mais visíveis, com maior complexidade organizacional, além de maior impacto e abrangência social, tem levado a uma mudança radical e profunda nas formas de condução do trabalho do Assistente Social. Destacamos, neste sentido, de um lado o aumento da requisição por uma rotina mais burocrática e de maior dedicação para as atividades de articulação interinstitucional e, de outro, a progressiva diminuição do tempo e das condições de realização de uma atuação mais pedagógica (ALMEIDA, p.14, 2007).

Mas não se trata de uma adesão pura e simples dos/as profissionais a um modelo burocrático e tecnicista, determinado exclusivamente pela vontade pessoal, nem tão pouco se explica exclusivamente pela natureza burocratizada dos processos seletivos de análises socioeconômicas que caracterizam a forma de inserção dos/as estudantes nos Programas de Assistência Estudantil no IFRN. Ambos elementos não podem ser analisados de forma estanques, pois “a dialética da relação entre a força das circunstâncias e da ação do sujeito, apresentada por Marx, ganha, assim, uma crucial importância nas reflexões (...)” (ALMEIDA, p. 1, 2007), sobre o trabalho do Serviço Social no IFRN.

É importante destacar que a área da Assistência Estudantil é relativamente nova para atuação dos/as Assistentes Sociais e, portanto, os/as profissionais estão construindo suas competências neste campo. Cabe, porém, a indicação apontada por Velasco (2018) de que o/a Assistente Social não pode ficar refém do que está determinado no PNAES.

Evidencia-se, ainda, que no campo da Educação, em particular no IFRN, a atuação de outras categorias profissionais, tais como docentes e equipe técnico-pedagógica, formada por pedagogos/as e outros profissionais com formação em licenciaturas, possui maior centralidade nos rumos da Instituição. Porém, cabe destacar que os temas correlacionados à educação, sobretudo, da defesa de uma política de educação pública e de qualidade são pautas de defesa profissional do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Nessa perspectiva, Almeida (2007, p.07) destaca:

A adesão às lutas e movimentos sociais em torno da erradicação do analfabetismo, de uma educação pública universal, gratuita e de qualidade, do acesso progressivo dos diversos segmentos sociais aos diferentes níveis de educação constitui expressão importante deste processo de valorização da dimensão educativa do trabalho do Assistente Social como inclusa nos processos de luta e organização social.

Assim, cabe reforçar que um dos principais eixos de atuação do Serviço Social no IFRN se refere a ações voltadas à permanência dos/as estudantes na Instituição para que estes/as possam concluir com êxito os cursos nos quais ingressaram. Tal perspectiva ao mesmo tempo que contribui para delimitar a área de atuação do Serviço Social na Instituição, demarcando a especificidade profissional, na medida em que expressa a demanda institucional que motiva a contratação de Assistentes Sociais nesse espaço sociocupacional, reconhecendo uma das nossas competências histórica e socialmente construída no âmbito da execução de programas socioassistenciais, por outro lado diante do leque de possibilidades de atuação na área de Educação ela por si só é limitadora da nossa capacidade profissional no IFRN.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, Belo Horizonte, 2007. Disponível em:

<http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

CFESS (Org.). **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF, 2013. (Série Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais).

CFESS (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em: 07 de nov. 2018.

FERNANDES, Lígia da Nóbrega. **As condições de trabalho de assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na realidade brasileira**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2018, p. 148-271. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/156016/Fernandes_LN_te_fran.pdf?sequence=3&is7Allowed=y>. Acesso em: 16 out. 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade**. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Atribuições privativas do/a Assistente Social . Brasília: CFESS, 2012.

PAULO NETTO, José. **Crise do capital e consequências societárias Serviço Social & Sociedade** [online]. 2012, n.111, pp.413-429. ISSN 0101-6628. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000300002&script=sci_abstract&tlng=pt.

NICOLAU, C. M. **O aprender do fazer: Serviço Social, Trabalho Profissional e Representações Sociais**. Natal: EDUFRN, 2005. Acesso em: 20 jun. 2019.

MÉSZAROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

RAICHELIS, Raquel. O Assistente Social como trabalhador assalariado –desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, jul./set. 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O Significado sócio-histórico da profissão**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.